



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

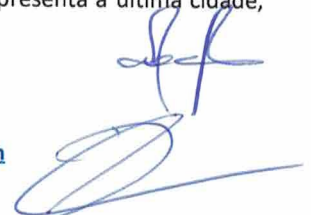


ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG

1 Aos seis (06) dias do mês de novembro do ano de 2018, às 09h30m, reuniram-se os membros do Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH Verde Grande), no auditório da Câmara Municipal de Jaíba, situado na Av.
3 Amândio José de Carvalho, 371, Centro, Jaíba-Minas Gerais. **Participaram os seguintes representantes titulares:** Maria
4 Socorro Mendes Almeida Carvalho – DNOCS; Rafael Macedo Chaves – IBAMA; Margarete Suely Caires Azevedo – IEF; Iran
5 Douglas da Silva – SEMAD/SUPRAM Norte; Glauber Vieira de Oliveira – INEMA/BA; Aroldo Roberto Cangussu – Prefeitura
6 Municipal de Janaúba; Vagna Nogueira dos Santos – Prefeitura Municipal de Iuiu; Tatiany Cerqueira Novais Sant’ana –
7 Prefeitura Municipal de Mortugaba; Alexander Amarante Lopes – Copasa Janaúba; Laila Tupinambá Mota – FIEMG; João
8 Damásio Frota Machado Pinto – Fazenda Aguapé; Paulo Bina Fonyat de Lima – Fazenda Rio Verde; Ari Teodoro de Oliveira
9 – Estância das Aroeiras; Celso Fernandes de Souza – Fazenda Arizona; Wandaik Dias – Fazenda El Sombrelho; Luís
10 Henrique Garcia – Irrigação e Uso Agropecuário; Dirceu Colares de Araujo Moreira – Sindicato dos Produtores Rurais de
11 Montes Claros; Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi; Paulo Avelino
12 dos Santos – Associação Comunitária de Lagoa do Boi e Traçadal. **Participaram os seguintes representantes suplentes:**
13 Geraldino Loiola Gomes – SEAPA (em exercício de titularidade); Ivan Lúcio de Oliveira – Prefeitura Municipal de Matias
14 Cardoso (em exercício de titularidade); Roberto de Miranda – SAAE Francisco Sá (em exercício de titularidade); Luciano
15 Cloves da Fonseca – Fazenda Esperança; Carla Martins Pereira – Renato Pereira Agropecuária S/A (em exercício de
16 titularidade). **Justificaram ausência:** João Batista Ribeiro da Silva Reis – EPAMIG; Wesley Mota França – IGAM; Clarissa
17 Bastos Dantas – IGAM; Zoraya Guerra David França – Superintendência Regional de Ensino; Sérgio Oliveira Azevedo –
18 EMATER; Hamon Ferreira de Souza – Prefeitura Municipal de Pai Pedro; Mônica Maria Ladeia – COPASA; Antônio Carlos
19 Câmara Júnior – COPASA; José Carlos de Oliveira – Copasa Porteirinha; José Sérgio Pereira Araújo – COTEMINAS; Ricardo
20 Carreiro Neto – Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba (DIG); Georgheton Melo Nogueira – Centro Universitário
21 UniFG. **Participaram também:** Clarice Neves e José Roberto – Fundação Credinor; Tânia Dias e Bruno Chollischon – ANA;
22 Célia Fróes, Alberto Schwartzman, Flávia Mendes, Jacqueline Fonseca e Jannyne Amorim – Agência Peixe Vivo; Adelson
23 de Toledo – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF); César Luiz – Presidente da Câmara de Jaíba e da
24 ONG Amigos do Rio Verde; Adílio Teixeira – Secretaria Meio Ambiente de Jaíba-MG; Claudinei José, Antônio da Silva,
25 Aline Barbosa, José Teixeira, Guilherme Henrique, Valci Brito, Marcos Roberto, Eva Simone, Romário Pereira, Mário
26 Freitas, Geslan Wanessa Fernandes, Rodrigo Ribeiro – Prefeitura de Jaíba-MG; Francisco Procópio – IBAMA; Elson Silva –
27 ONG Amigos do Rio Verde; Ana Paula Silva, Samilly Araújo e Saasiel Fernandes – Sec. Municipal de Saúde de Jaíba;
28 Hernane Pereira – EMATER-MG; José Messias – Sec. de Agricultura de Francisco Sá; Felipe Oliveira – Sec. Municipal de
29 Planejamento; Antônio Carlos, Elton Faixas, José Carlos Oliveira – Imprensa; Acasseo Júnior – Procuradoria- Geral
30 Fazenda; Roberto Marcine – IEF; Adeilma Silva, Flávia Danielle e Elda Mendes – Sec. Municipal de Educação de Jaíba;
31 Roberta da Silva – Sec. Municipal de Cultura Jaíba; Júnior Leonir – Sec. Municipal de Obras de Jaíba; Alan Kennedy Lopo
32 – Prefeito de Matias Cardoso; Jésus Silveira – Sec. de Agricultura de Matias Cardoso; Willian Caldeira – Prefeitura Matias
33 Cardoso; Walter Viana – IGAM; João Damásio Filho – Fazenda Oriente; Dinilton Costa – Codanorte; Fernanda Xavier –
34 Sec. Meio Ambiente de Francisco Sá; Carlos Isaidon Mendes – Prefeito de Janaúba; Reginaldo Antônio – Prefeito de
35 Jaíba; “Zé Boy” – Prefeito de Ponto Chique; Joel Ferreira Filho, Ivaldo Araújo, Rosilvio, José Aurélio – Sociedade Civil; José
36 Luis e Jaqueline Serafim – Instituto de Gestão de Políticas Sociais (GESOIS). O Sr. Dirceu Colares, Presidente do CBH Verde
37 Grande iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes. A seguir, a palavra foi passada para o Sr. Reginaldo Antônio
38 Silva, que cumprimentou os presentes e agradeceu aos Comitês do Rio Verde Grande e São Francisco (CBHSF), a GESOIS
39 e a Agência Peixe Vivo por contemplar os municípios de Jaíba, Matias Cardoso, Ponto Chique e São Romão com o Plano
40 Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o qual, segundo ele, possibilitará aos gestores municipais criar estratégias de
41 trabalho para o desenvolvimento da região. O prefeito Reginaldo, concluiu sua fala otimista com os resultados que serão
42 colhidos com a parceria estabelecida pelas diversas instituições em prol da conservação da bacia do rio Verde Grande e
43 desejou a todos uma exitosa reunião. Logo após, o Sr. César Luiz saudou as autoridades presentes e lembrou aos
44 vereadores da Câmara de Jaíba acerca da importância da aprovação e divulgação do PMSB. César concluiu, ressaltando
45 a importância e grandeza do evento para os municípios contemplados, para a comunidade jaibense e toda a população
46 da bacia do rio Verde Grande. Logo adiante, Dirceu Colares retomou a palavra falando sobre as boas perspectivas de
47 trabalho do CBHVG, que desde setembro do presente ano está com escritório montado dentro do Parque de Exposições
48 de Montes Claros e com suporte administrativo para apoiar as ações do Comitê. Dirceu destacou ainda a maior
49 aproximação do CBHVG com o CBHSF, bem como as parcerias com diversas instituições, visando angariar recursos para

**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

50 implementação de projetos de conservação na bacia do rio Verde Grande. A reunião prosseguiu com a apresentação de
51 cada participante, informando seu nome e a instituição/cargo que representa. Posteriormente, o Dirceu Colares, fez uma
52 breve menção do Projeto Produtor de Água e sua importância para manter a oferta hídrica na bacia, por meio da proteção
53 do solo e recuperação da cobertura vegetal. Segundo ele, o Comitê almeja implantar esse projeto na bacia do rio Verde
54 Grande, garantindo assim a gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia. A seguir, a Sra. Maria Socorro, secretária
55 do CBHVG, tomou a direção da reunião, solicitando aos membros uma inversão na pauta, com a antecipação da
56 solenidade de entrega do PMSB de cada município, de modo a possibilitar a liberação dos prefeitos para outros
57 compromissos. Aprovada a inversão da pauta, o Sr. Adelson de Toledo, representante do CBHSF, tomou a palavra
58 agradecendo a oportunidade e justificando a ausência do presidente do CBHSF, Sr. Nivaldo Miranda, o qual estava
59 participando de um seminário sobre Recursos Hídricos Subterrâneos. A seguir, Adelson pontuou que a realização do
60 PMSB é uma iniciativa do CBHSF utilizando recursos da cobrança da água e que tem por objetivo transformar seus
61 fundamentos em lei municipal, permitindo assim traçar diretrizes para ações de melhoria na qualidade e aumento da
62 quantidade de água nos municípios. Ele fez menção ainda de outros trabalhos do CBHSF, especificamente sobre o evento
63 ocorrido em Pirapora no dia 24 de outubro do presente ano, em que foram discutidas ações preventivas de
64 enfrentamento de cheias no rio São Francisco. Dando continuidade à entrega dos PMSB, o Sr. César Luiz foi convidado
65 para entregar um exemplar do plano ao prefeito de Jaíba, Sr. Reginaldo Antônio. Logo após, a Célia Brandão, procedeu
66 com a entrega do plano do município de Ponto Chique para o prefeito “Zé Boy”. E por fim, Adelson de Toledo, fez a
67 entrega do plano para o representante da prefeitura de Matias Cardoso, Sr. Jésus Silveira. O prefeito de São Romão não
68 havia chegado ao local da reunião no momento da solenidade, por isso a entrega do plano foi postergada. Após a entrega,
69 o prefeito de Ponto Chique “Zé Boy”, agradeceu a todas as instituições envolvidas na elaboração do PMSB e ao prefeito
70 de Jaíba pela acolhida. Em seguida, Jésus Silveira parabenizou a todos que de alguma forma contribuíram e se
71 empenharam na criação do PMSB de Matias Cardoso e finalizou sua participação dirigindo-se diretamente ao presidente
72 Dirceu Colares sobre a necessidade da construção de barraginhas na bacia do rio Verde, como forma garantir a
73 perenidade do rio e aumentar a oferta hídrica para a região. Novamente, o César Luiz, retomou a palavra e agradeceu a
74 presença dos vereadores presentes, reiterando o pedido de divulgação do PMSB e a necessidade de buscar recursos
75 públicos por meio de ementas parlamentares para a efetivação do plano na cidade de Jaíba. Além disso, parabenizou
76 toda a equipe técnica da ONG Amigos do Rio Verde que muito tem se empenhado em atividades de recuperação e
77 conservação do rio Verde Grande. Logo em seguida, o Sr. José Luiz, analista da GESOIS, recebeu a oportunidade de
78 apresentar como se deu a construção dos PMSB dos municípios citados e iniciou agradecendo às secretarias municipais
79 de meio ambiente e agricultura, à unidade da COPASA de cada cidade e aos grupos de trabalho que apoiaram a
80 construção dos planos. José Luiz iniciou mostrando a trajetória percorrida pelo sertão mineiro com as paradas em cada
81 município. Segundo ele, o PMSB é composto por seis produtos: 1) plano de trabalho, 2) diagnóstico, 3) prognóstico, 4)
82 mecanismos e procedimentos para avaliação, 5) termo de referência e 6) relatório síntese; e o plano precisa ser aprovado
83 por lei municipal, somente assim todo o esforço realizado terá sido válido. José Luiz prosseguiu falando de cada cidade,
84 a começar por Jaíba que possui saneamento básico com captação de água no rio São Francisco, pela concessionária
85 COPASA. O sistema de esgoto da cidade de Jaíba é bem estruturado e também está sob concessão da COPASA. Porém,
86 segundo pontuou o palestrante, a disposição de resíduos é bastante ineficiente e agressiva para o meio ambiente. As
87 ações recomendadas para a cidade de Jaíba são: incremento de abastecimento de água nas zonas rurais, aumento do
88 nível de adesão à rede de esgotos na zona urbana e construção de aterro sanitário. Sobre o município de Matias Cardoso,
89 informou que o abastecimento urbano também é realizado pela Copasa, mas a captação nessa cidade é bastante precária.
90 A zona rural de Matias Cardoso possui 21 comunidades que é abastecida pela prefeitura; o esgotamento sanitário ainda
91 está em construção e sobre os resíduos, foi constatado que há coleta, mas a disposição final acontece em lixões. Apenas
92 resíduos de saúde são enviados para Montes Claros a fim de receber tratamento adequado. As principais ações propostas
93 para Matias Cardoso foram: concluir as obras de esgotamento sanitário na cidade e estender para zona rural, além de
94 incrementar o abastecimento de água na zona rural. A terceira cidade apresentada foi de São Romão, cuja captação
95 também se dá no São Francisco e o abastecimento na área urbana é feito por poço sob concessão da COPASA e na área
96 rural, o poço está sob administração da prefeitura. A respeito do esgotamento sanitário em São Romão, informou que
97 uma estação está sendo construída e que há coleta de lixo na área urbana, mas a disposição final é feita em lixões. As
98 ações recomendadas para São Romão são as mesmas de Matias Cardoso. Por fim, José Luiz apresenta a última cidade,





COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

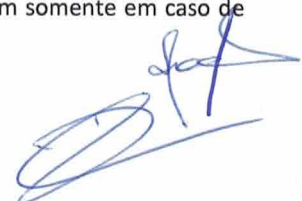


**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

99 Ponto Chique. Nesta, o abastecimento se dá por meio de poços, sendo na área urbana sob concessão da COPASA e na
100 área rural com apoio da prefeitura. Quanto ao esgotamento sanitário, informou que a construção da estação elevatória
101 está em andamento e que a coleta de lixo na área urbana é bastante eficiente, mas disposição também ocorre em lixões.
102 Como ações propostas para Ponto Chique, além das já apresentadas para os outros municípios, recomendou-se também
103 passar a concessão do serviço de esgotamento sanitário da Sede para a COPASA. No geral, ele informou que nos quatro
104 municípios não há problemas de abastecimento em áreas urbanas, mas essa verdade não se aplica às zonas rurais, que
105 tem enfrentado dificuldades devido ao secamento de nascentes e de diminuição de volume de poços subterrâneos. José
106 Luiz, concluiu dizendo que o PMSB precisa ser aprovado e operacionalizado pela prefeitura com a participação efetiva da
107 comunidade, em uma ação conjunta dos conselhos municipais, órgãos ligados ao Meio Ambiente, dos Comitês de Bacia
108 Hidrográfica, da Defesa Civil, das Agências de Bacia e principalmente do Ministério Público. Em seguida, Maria Socorro,
109 informou a partir daquele instante o seguimento normal da pauta da reunião. Ela agradeceu mais uma vez a presença
110 dos membros do Comitê e da comunidade e informou que o quórum foi atingido. A seguir, ela colocou sob aprovação do
111 plenário a ata da 29ª Reunião Ordinária do CBHVG que ocorreu no dia 24 de abril do presente ano e que havia sido
112 encaminhada previamente aos membros via *e-mail* para leitura e considerações. Não havendo manifestações, a ata foi
113 considerada aprovada. Logo após, Dirceu Colares prosseguiu relatando os seguintes informes: 1) Seminário ocorrido no
114 dia 25 de setembro na cidade de Jaíba, no qual foi apresentado um estudo sobre Gestão Integrada de Águas Superficiais
115 e Subterrâneas na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: Sub-bacia do rio Verde Grande. Esse estudo é de realização da
116 Agência Nacional de Águas (ANA) e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM); 2) Maria Socorro justificou a ausência do
117 Ricardo Neto, secretário da Comissão Gestora do Gorutuba (CGG), devido a um compromisso imediato de trabalho e
118 informou que a CCG reuniu-se no dia 25 de outubro do presente ano, na EPAMIG em Nova Porteirinha-MG, para tratar
119 de temas diversos. 3) Além disso, informou sobre a participação do Comitê no XV Seminário de Apicultura do Norte de
120 Minas que ocorreu na cidade de Montes Claros, no dia 18 de outubro do presente ano. 4) Maria Socorro, informou
121 também que conforme dispõe o Regimento Interno do CBHVG o mandato da diretoria é de dois anos, sendo possível
122 reeleição uma única vez. Tendo em vista que a Diretoria atual tomou posse em dezembro de 2016, em dezembro de 2018
123 encerra-se o mandato, fazendo-se necessário convocar novas eleições para a diretoria. Existem, portanto, cinco vagas
124 em aberto, para Presidente, Vice-presidente, Secretário, Secretário Ajunto da Comissão Gestora Gorutuba e Secretário
125 Ajunto da Comissão Gestora Estreito e Cova da Mandioca. O processo eleitoral contará com edital e calendário específicos
126 e os membros poderão formar chapas e inscrevê-las para concorrer aos cargos disponíveis. 5) Por fim, incluiu-se nos
127 informes uma demanda posterior, portanto não referenciada na pauta, que é o pedido do Ministério Público ao Comitê
128 a respeito de informações sobre o empreendimento Fazenda Fortaleza Santa Terezinha, o que foi motivado por denúncias
129 de usuários/produtores acerca do uso elevado de águas da bacia pelo empreendimento. O assunto foi pauta de várias
130 reuniões no Comitê, além de audiências públicas nos órgãos competentes, sendo a última realizada pela SUPRAM/Norte
131 de Minas na cidade de São João da Ponte/MG. Diante disso, o MP solicitou ao CBHVG uma cópia do ofício nº 26/2018
132 encaminhado à ANA solicitando uma averiguação técnica quanto à outorga concedida a esse empreendimento. Maria
133 Socorro declarou ainda que o ofício em questão foi encaminhado ao MP, e concluiu relatando que o Comitê não possui
134 outro documento relacionado, ficando aberto aos membros caso queiram se manifestar sobre essa questão.
135 Imediatamente, o membro João Damásio mencionou que havia sido apresentada à ANA a denúncia de uma variação
136 súbita na marcação da régua linimétrica de um dos poços do empreendimento e questionou se a ANA se pronunciou a
137 respeito. Maria Socorro respondeu dizendo que o ofício nº 26/2018 contemplou essa questão e que provavelmente essa
138 solicitação está em fase de verificação. João Damásio reiterou a severidade de tal variação e sugeriu a manifestação da
139 ANA por meio de seus representantes na reunião. Maria Socorro sugeriu aos membros que o Comitê elabore um novo
140 ofício requerendo da ANA mais informações sobre o fato apresentado e também sobre uma possível pretensão de
141 ampliação do empreendimento Fazenda Fortaleza Santa Terezinha. Ela informou ainda que a ANA encaminhou um ofício
142 sobre a atuação das Comissões Gestoras e que o mesmo ainda deverá ser discutido a nível de Câmara Técnica Consultiva
143 (CTC). Mais uma vez, ela indagou aos membros sobre a concordância de oficiar a ANA sobre o assunto e os membros
144 concordaram. Logo em seguida, Tânia Dias assegurou aos presentes que essa demanda do Comitê será encaminhada
145 para o presidente da ANA e para as superintendências correspondentes para que o Comitê seja atendido. A seguir, outro
146 representante da ANA, Sr. Bruno Chollischon, complementou dizendo que o empreendimento Fortaleza Santa Terezinha
147 recebeu entre os anos de 2013 a 2015, um conjunto de duas ou três outorgas para captação sazonal, isto é, restrita aos

**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

148 meses de novembro a maio, e ainda assim apenas em rios em que o nível da régua sugerida pelo membro João Damásio
149 supere um determinado patamar. Dessa forma, a partir de fevereiro quando há diminuição da vazão do rio em virtude
150 do término das chuvas, o empreendimento deve interromper sua captação. Sobre o episódio ocorrido de variação da
151 régua ocorrido em 2016, Brunno informou que a fiscalização da ANA esteve no local e constatou uso irregular, e
152 embargou com um lacre os equipamentos de captação impedindo a empresa de captar água. Ele complementou ainda
153 dizendo que se a empresa capta água de forma ininterrupta ao longo o ano, provavelmente se utiliza de muitos poços
154 artesianos para complementar seu uso. Ele relembra aos presentes que a captação de água subterrânea não é de
155 responsabilidade da ANA, mas sim, de órgãos estaduais, no caso de Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Águas (IGAM).
156 A seguir, o membro João Damásio sugere à secretária Maria Socorro, que seja convocada uma reunião da CTC para
157 discutir o assunto e que as demandas serão apresentadas ao Brunno para que ele mesmo acompanhe e auxilie o Comitê
158 nessa questão, em representatividade da ANA. Logo a seguir, Maria Socorro anunciou a apresentação do Brunno
159 Chollischon - Coordenador da Superintendência de Regulação – ANA, sobre “Sumidouros cársticos do rio Verde Grande:
160 implicações regulatórias e medidas mitigadoras”. Brunno iniciou apresentando um panorama geral do “problema”
161 investigado, salientando que os sumidouros observados no rio Verde Grande em Jaíba são, antes de tudo, fenômenos
162 naturais formados a partir da estrutura geológica calcária da região. A presença dos sumidouros ganhou maior
163 repercussão devido ao período de escassez hídrica observado nos últimos três anos e que afetou a economia da região,
164 já que a água do rio é deslocada para o subsolo nos pontos de sumidouro, deixando assim de estar disponível para usos
165 diversos. Duas perguntas norteiam o estudo: 1) “Onde essa água vai parar” e 2) “Quanta água é perdida para o aquífero”.
166 Para responder a tais questionamentos, em julho de 2018 a equipe técnica da ANA fez um ensaio experimental aplicando
167 um corante traçador em duas áreas de sumidouro (Sumidouro 1 e Sumidouro 2), para posteriormente acompanhar em
168 que pontos esse corante é encontrado. Essa substância tem a capacidade de tingir a água com um verde muito intenso,
169 de modo que um grama do corante tinge 100 mil litros de água. Tendo aplicado o corante a equipe deslocou-se até alguns
170 pontos à jusante para averiguar se ali havia vestígios do traçador, esses locais foram selecionados com base em relatos
171 de moradores. Um local apontado pelos moradores é chamado de Toca da Onça que está localizado dentro do Projeto
172 Jaíba. Porém, Brunno pontuou que esse local está sendo descartado como ponto de ressurgência da água perdida nos
173 sumidouros, uma vez que o trecho de cerca de 40 quilômetros é bastante plano, o que inviabilizaria o movimento natural
174 da água. Brunno continuou explanando que a principal suspeita da equipe é a de que água que entra nos sumidouros
175 apareça no aquífero na margem esquerda do rio Verde Grande, o que pode ser justificado pela orientação de leste para
176 oeste das fissuras ao longo desse trecho e que indica um caminho preferencial para a água. Para tentar comprovar essa
177 hipótese, a equipe instalou em poços abandonados da região recipientes contendo carvão ativado, o qual consegue
178 detectar a substância traçadora mesmo em baixíssimas concentrações. Esses recipientes foram deixados de 30 a 40 dias
179 em campo e, posteriormente, encaminhados ao laboratório para aferição da concentração do traçador por um aparelho
180 específico. As análises mostraram que o traçador foi identificado em dois dos poços, mostrando então que
181 provavelmente a água que entra nos sumidouros chega nesse aquífero como consequência de um processo
182 absolutamente natural. Brunno prosseguiu a apresentação mostrando uma animação sobre o modelo que explica essa
183 dinâmica dos sumidouros e seus efeitos sobre a vazão do rio. De acordo com ele, os sumidouros há 20-30 anos, eram na
184 verdade minadouros e funcionavam como pontos de ressurgência de água que alimentavam diretamente as águas
185 superficiais. Com o rebaixamento do lençol freático devido ao período de praticamente quatro anos de escassez hídrica
186 e aumento da captação de água subterrânea por poços, os sumidouros perderam a capacidade de abastecer a superfície,
187 agindo agora como um “buraco” receptor de água do rio. Para responder à questão 2 do estudo, isto é, aferir quanta
188 água é perdida nos sumidouros, a equipe fez uma série de medições de vazão em um primeiro ponto anterior ao
189 Sumidouro 1, um segundo ponto intermediário entre os Sumidouros 1 e 2 e um terceiro ponto após o ponto 2. Foi
190 constatado que o Sumidouro 1 perde 133 l/s e o Sumidouro 2 perde 22 l/s. Brunno pontuou ainda que a existência de
191 um barramento desativado da COPASA esteja aumentando a quantidade de água que cai no sumidouro 2, uma vez que
192 ela recua e concentra a água nesse ponto. Ele fez um paralelo constatando que a água perdida nos sumidouros, um total
193 de 155 l/s (lembrando que o valor pode variar em razão da vazão do rio) seria capaz de abastecer uma cidade do porte
194 de Janaúba, com 70 mil habitantes ou irrigar 300 hectares de banana. Por fim, Brunno concluiu sua apresentação
195 propondo duas ações técnicas que poderiam contornar o problema. A primeira delas seria a remoção da barragem da
196 COPASA ou pelo menos deixar a válvula de descarga permanentemente aberta (usar a barragem somente em caso de




**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

197 emergência). Apesar de reconhecer a sensibilidade desse assunto, Brunno pontuou que além de não possuir outorga a
198 barragem represa a água e acentua a perda para os sumidouros. A segunda ação seria a projeção e execução de uma
199 estrutura física para isolamento dos sumidouros no período de seca, utilizando recursos da cobrança e/ou recursos
200 adicionais doados pelo CBHSF. Ele destacou ainda a viabilidade econômica dessa intervenção em comparação a outras
201 soluções de incremento de água mencionadas no Plano de Recursos Hídricos do rio Verde Grande (PRH-VG), tais como
202 Transposição do Projeto Jaíba e Barragem Congonhas. Encerrada a apresentação, iniciou-se a discussão pelo membro
203 Aroldo Cangussu indagou sobre a viabilidade de vedar totalmente o sumidouro para evitar a perda da água do rio para o
204 aquífero. Brunno respondeu que essa tentativa foi feita por moradores de Jaíba utilizando sacarias, mas não teve êxito
205 uma vez que a força da água arrastou toda a estrutura. Imediatamente, a convidada Aline Barbosa, colocou que não
206 acredita ser uma ideia razoável tamponar todo o sumidouro, já que se trata de uma estrutura natural, o que poderia
207 gerar outros impasses não previstos *à priori*. Em seguida, um convidado (não identificado) relata que há 20 anos o
208 sumidouro era chamado de minadouro, porque contem a nascente do córrego Escuro, um afluente do rio Verde Grande
209 que contribuía significativamente com a vazão deste. Ele apontou que o grande aumento de abertura de poços utilizados
210 em pivôs de irrigação na região do Lajeado, seja a explicação para o fato de que o córrego Escuro deixou de alimentar o
211 rio Verde Grande. Ele continuou declarando que tamponar o sumidouro é uma agressão à natureza, em contrapartida,
212 propõe a construção de um barramento na bacia do córrego Escuro como alternativa para aumentar o incremento de
213 água para o rio Verde Grande. A seguir, o membro Luciano Fonseca pontuou que na última reunião da CPRM com a ANA
214 já havia sido colocada a necessidade de se fazer barramentos, inclusive no encontro do rio Verde Grande com o Gorutuba,
215 é claro, sem negligenciar ações de preservação do solo e mata ciliar. Segundo Luciano, existe uma resistência quanto a
216 barramentos que precisa ser quebrada e confirmou ter conhecimento de que existem grandes empreendimentos de
217 irrigação que captam quantidades exorbitantes de água no córrego Escuro. Em seguida, o membro Roberto Miranda disse
218 corroborar com o Luciano sobre os barramentos e que esses devem ser priorizados no norte de Minas. Roberto salientou
219 a necessidade de se aumentar a fiscalização dos órgãos ambientais competentes quanto à crescente abertura de poços
220 irregulares. A seguir, o membro Rafael Macedo, mencionou a fala do Brunno de que a responsabilidade sobre a captação
221 superficial é da ANA e a captação em poços fica sob supervisão do Estado. Segundo ele, é um problema tratar a água de
222 forma separada, isto é, pois enquanto houver essa visão míope sobre a gestão das águas, os mesmos problemas
223 persistirão. Ele completou ainda que é urgente a manifestação do Comitê junto ao Ministério Público sobre a instalação
224 de grandes empreendimentos no norte de Minas, como a Fortaleza Santa Terezinha, a qual possui uma disponibilidade
225 de água subterrânea 3 vezes maior que o necessário para abastecer a cidade de Montes Claros, isto é, um total de 2.700
226 l/s. Ele concluiu então questionando se esse empreendimento é autossuficiente em água subterrânea por qual motivo
227 ainda possui outorga de água superficial? Rafael concluiu sua fala expondo que quem tira água do rio Verde Grande são
228 os grandes empreendimentos, os quais mesmo tendo diversas condicionantes a serem cumpridas e poços lacrados ainda
229 estão em operação. Em seguida, o membro João Damásio lembrou que o CBHVG já se manifestou a respeito do
230 empreendimento Fortaleza Santa Terezinha junto ao Ministério Público, SUPRAM, IGAM e ANA, solicitando inclusive a
231 paralisação do empreendimento. Sobre o assunto, Dirceu Colares, declarou que foi realizada uma reunião com
232 representantes da ONG Amigos do Rio Verde e da Agência Peixe Vivo, na qual foi discutida a possibilidade de se
233 desenvolver um projeto de revitalização da bacia do córrego Escuro, pensando justamente na possibilidade de
234 incrementar a oferta hídrica na bacia do rio Verde. Posteriormente, Brunno respondeu aos questionamentos dos
235 membros dirigindo-se primeiramente à fala do Rafael Macedo sobre a gestão desintegrada das águas no Brasil. Brunno
236 reconheceu que essa divisão de responsabilidades é mesmo limitante, porém, é estabelecida pela própria Constituição
237 Federal de 1988, a qual especifica que as águas subterrâneas são de responsabilidade dos estados e as águas que
238 abrangem mais de um estado da federação estão sob tutela da União. Brunno voltou a destacar ainda, que as outorgas
239 do empreendimento Fortaleza Santa Terezinha são apenas sazonais e que essa forma de outorga é contemplada no
240 próprio PRH-VG. Sobre a questão da barragem da COPASA, Brunno manteve o posicionamento de que ela acentua a
241 perda de água para os sumidouros e, portanto, deveria ser removida ou ao menos utilizada apenas para situações
242 emergenciais. Com base nas colocações apresentadas, Maria Socorro ressaltou que o Comitê que a CTC irá se reunir para
243 abordar as questões apresentadas e, após isso, planos de ações serão apresentados ao plenário. Logo em seguida, Tânia
244 Dias apresentou aos membros do CBHVG a proposta de avaliação da Agência Peixe Vivo, a entidade delegatária ou
245 Agência de Bacia responsável pelo suporte técnico e administrativo ao Comitê, conforme determina o Contrato de Gestão



**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

246 083/2017 firmado entre a ANA e a Agência Peixe Vivo. De acordo com Tânia, esse contrato prevê uma avaliação de
247 desempenho da Agência Peixe Vivo através de uma série de indicadores a serem alcançados. Essa avaliação em forma de
248 questionário será aplicada aos membros na próxima reunião extraordinária do CBHVG, no mês de dezembro do presente
249 ano e servirá para embasar a avaliação da ANA sobre a atuação da entidade delegatária. Tânia informou que o objetivo
250 da avaliação é sempre melhorar a atuação da AGB Peixe Vivo, refletindo em melhorias de funcionamento e estrutura do
251 Comitê. Sobre esse assunto, Maria Socorro lembrou aos membros de que em caso de dúvidas sobre o questionário e até
252 mesmo sobre as competências da Agência Peixe Vivo a secretária do Comitê está à disposição. Em seguida, Maria Socorro
253 sugeriu aos membros que a reunião fosse continuada sem o intervalo para o almoço a fim de otimizar o tempo e que isso
254 facilitaria o retorno de todos para suas cidades, haja vista ainda haver algumas deliberações a serem discutidas e
255 aprovadas, necessitando-se de quórum. Após ponderações, os membros concordaram. Maria Socorro prosseguiu
256 dizendo que a primeira deliberação a ser aprovada é a que se refere a Comissão de Acompanhamento do Contrato de
257 Gestão (CACG) a qual tem a função de fiscalizar o cumprimento do Contrato de Gestão 083/2017. O membro João
258 Damásio oficiou sobre a sua impossibilidade de permanecer na CACG e uma vez que a Maria Socorro está como secretária
259 do CBHVG sua permanência também é inviabilizada. Sendo assim, dois nomes precisam ser indicados para substituição,
260 sendo um usuário e outro representante do poder público federal. Foram indicados, respectivamente, o membro Ari
261 Teodoro e o membro Rafael Chaves para compor a CACG. O plenário aprovou e assim ficou determinado. A próxima
262 deliberação a ser aprovada diz respeito à composição da CTC. O membro Luís Henrique Garcia foi indicado para assumir
263 a vaga da Mineradora Riacho dos Machados, por inassiduidade da instituição nas reuniões da CTC. Sobre a questão da
264 inassiduidade, Maria Socorro lembrou que o Regimento Interno do CBH Verde Grande estabelece que o membro que
265 faltar duas reuniões sem apresentar justificativa plausível, deve ser substituído uma vez que o Comitê precisa de quórum
266 para legitimar suas decisões. O membro Glauber Vieira pontuou que a representação da porção baiana na CTC está
267 prejudicada, devido à inassiduidade do Leonardo Franklin Souza, por isso ele propõe a indicação da Tatiany Cerqueira
268 Novais, como representante do poder público municipal - prefeitura de Mortugaba/BA, para assumir a vaga de José
269 Walter Alves. Após colocações, as substituições são aprovadas ficando assim estabelecida a nova composição da CTC.
270 Logo adiante, procedeu-se com a discussão da deliberação referente ao Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A Sra.
271 Jacqueline Fonseca iniciou apresentando que o PAP é um documento que contém o planejamento de aplicação dos
272 recursos oriundos da cobrança na bacia. O PAP apresenta, portanto, rubricas propostas pela entidade delegatária ao
273 Comitê para definir uma melhor utilização dos recursos. Ela pontuou ainda que toda contratação de obras, serviços e
274 estudos requerida pelo Comitê precisa ter previsão no PAP e que até outubro de 2018 foi passado da ANA para a Peixe
275 Vivo um total de R\$ 46.000 (quarenta e seis mil reais), em repasses mensais. Atualmente, apenas duas rubricas estão
276 preenchidas: o "Plano Continuado de Comunicação" e "Apoio à Participação dos Membros em Reuniões e Atividades do
277 Comitê e outros Eventos". Essas rubricas já estão contempladas em ações do Contrato de Gestão 083/2017. Ela concluiu
278 dizendo que, uma vez que o recurso financeiro do Comitê é escasso, faz-se necessário estabelecer parcerias com
279 empresas e outros comitês, como o CBH São Francisco, a fim de angariar outros recursos. A seguir, Maria Socorro
280 retomou a palavra dizendo que alguns membros da CTC questionaram o valor aplicado na primeira rubrica, alegando que
281 os próprios membros poderiam desenvolver atividades, como oficinas e minicursos em comunidades da bacia do rio
282 Verde Grande, com um custo muito menor do que o previsto pelo PAP. Porém, Célia Froes, tendo a oportunidade explicou
283 que o Plano Continuado de Comunicação é algo mais complexo do que os membros estavam supondo. O objetivo
284 principal dessa rubrica é dar visibilidade às ações do Comitê, através de uma identidade visual, digital e de *marketing*.
285 Isso acontece por meio de reportagens divulgadas nas redes sociais e mídias (Facebook, Instagram, Site do Comitê) e
286 materiais a serem distribuídos à população (camisas, bonés, chaveiros, canetas, etc.). Célia concluiu pontuando que essas
287 ações são importantes para tornar o Comitê mais conhecido e assim, possibilitar a aquisição de recursos com outros
288 parceiros. Tendo apresentado isso, Maria Socorro informou que o membro, Sr. João Batista Reis, sugeriu a inclusão da
289 rubrica Fiscalização de Águas Subterrâneas, a qual foi aprovada pelos membros. Tendo sido feitas todas as considerações
290 a respeito do PAP, a deliberação foi aprovada pelo plenário. A seguir, Maria Socorro colocou para apreciação dos
291 membros a aprovação de outras duas liberações referentes ao Calendário de Reuniões do Comitê para o ano de 2019 e
292 a Composição da Comissão Eleitoral, a qual será responsável por conduzir as eleições da nova diretoria. Com relação à
293 primeira, ela informou que o número e distribuição das datas das reuniões foram definidos com base no que estabelece
294 o Regimento Interno e considerando também a ocorrência de outros eventos de interesse do Comitê, como as plenárias



**ATA DA 30ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA
06 DE NOVEMBRO DE 2018 – Montes Claros/MG**

295 do CBH São Francisco. Desse modo, para a CTC foram definidas 6 (seis) reuniões e para a Diretoria, Comissões Gestoras
296 Gorutuba e Verde Pequeno, bem como a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão, foram definidas 4
297 (quatro) reuniões. Maria Socorro salientou que algumas reuniões foram colocadas no mesmo dia a fim de otimizar o
298 tempo e recursos, principalmente de membros que precisam se deslocar da sua cidade sede. Tânia Dias observou que a
299 deliberação em discussão se refere ao Calendário de Reuniões e que posteriormente, o Comitê deverá estabelecer uma
300 agenda de atividades, contemplando todos os temas a serem discutidos ao longo do ano. Maria Socorro respondeu que
301 essa relação será apresentada em outra reunião ordinária do Comitê, pois necessita-se de um tempo maior para análise
302 e elaboração dos temas. Feitas as considerações, os membros aprovaram a deliberação concernente ao Calendário de
303 Reuniões. Logo após, procedeu-se a discussão sobre a Composição da Comissão Eleitoral, ficando estabelecido que Laila
304 Tupinambá – representante da FIEMG, será a coordenadora, com auxílio dos membros Rodrigo Dhryell e Vagna Nogueira
305 dos Santos, representantes da Prefeitura Municipal de Glaucilândia e Prefeitura Municipal de Iuiu, respectivamente. Além
306 disso, os órgãos gestores ANA e IGAM, nas pessoas de Tânia Dias e Wesley Mota, ficarão incumbidos de acompanhar o
307 processo. Não havendo manifestações contrárias, a composição da Comissão Eleitoral foi aprovada pelo plenário. Em
308 seguida, o Sr. Dirceu Colares, fez as considerações finais agradecendo a presença de todos, em especial dos membros da
309 ONG Amigos do Verde e seu Diretor e também presidente da Câmara Municipal de Jaíba, o Sr. César Luiz. Ele aproveitou
310 para convidar os membros para a próxima reunião plenária extraordinária do Comitê, que acontecerá no dia 05 de
311 dezembro do presente ano, na qual ocorrerá as eleições da nova Diretoria do Comitê. Dirceu lembrou aos membros ainda
312 da ocorrência da reunião plenária do CBH São Francisco que ocorrerá nos dias 06 e 07 de dezembro do presente ano na
313 cidade de Montes Claros e ressaltou a importância da participação dos membros do CBH Verde Grande. Antes do
314 encerramento oficial, a Clarice Neves, representante da Fundação SICOOB CREDINOR tomou a palavra e agradeceu pela
315 oportunidade de participação na reunião, afirmando que o Comitê pode contar com a Fundação como uma parceira na
316 implementação do Programa Produtor de Água na bacia do rio Verde Grande. Assim sendo, não havendo mais nada a
317 tratar o Sr. Dirceu Colares deu por encerrada a 30ª Reunião Ordinária do CBH Verde Grande.

318

319

320

321

322

323

324

325


326


327

328

329

330


Dirceu Colares de Araújo Moreira
Presidente CBH Verde Grande


Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho
Secretária Executiva do CBH Verde Grande

ATA APROVADA EM 02/04/2019